



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640089 - RJ (2021/0012978-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSELY POLLIS DE FARIA NEVES - RJ036282
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LEANDRO JOSE DE MATTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública estadual em favor de LEANDRO JOSE DE MATTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0059396-05.2020.8.19.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, na forma do art. 14, inciso II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a existência de constrangimento ilegal derivado da ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Aduz que, mesmo na eventualidade de uma sentença condenatória ao final do processo, o regime inicial fixado para resgate da reprimenda seria mais brando que a prisão preventiva, em flagrante desrespeito ao princípio da proporcionalidade/razoabilidade.

Alega que a fiança arbitrada pela autoridade policial não teria sido paga em razão da hipossuficiência do segregado.

Informa que o paciente seria portador de doença mental (esquizofrenia).

Requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 34):

"Com efeito, como bem delineado na decisão de conversão da prisão em flagrante em preventiva, nos termos do que estabelece o artigo 324, inciso IV, do Código de Processo Penal, a notícia da reincidência do paciente torna a infração inafiançável.

Logo, descabida a fiança arbitrada pelo Delegado de Polícia.

Frise-se, por oportuno, a presença da exigência contida no inciso II, do artigo 313 do Código de Processo Penal, na sua nova redação conferida pela

Lei n.º 12.403/11.

Acréscete-se ainda que o fumus commissi delicti e o periculum libertatis encontram-se devidamente delineados na decisão impugnada, notadamente pelo modus operandi empregado na prática do delito, que, apesar de não envolver violência ou grave ameaça à pessoa, afronta, e muito, a paz social.

Como se não bastasse, a alegação de afronta ao princípio da homogeneidade também não merece prosperar, sendo em princípio incompatível com a reincidência do paciente."

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o acusado.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido. (AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência